

# Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil \*

Cláudio de C. Silveira

## Introdução

Este texto é uma abordagem sintética sobre a formação dos oficiais da Marinha do Brasil (MB), a partir do Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil (MB), a partir do Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval (EGN). O texto faz parte de uma pesquisa de tese de doutorado, pioneira na área de Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), concluída em 2002, intitulada *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil educação, profissão, pensamento estratégico (1978-2001)*, (Silveira, 2002). A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Nesta tese, fazemos uma descrição e análise da formação militar-naval brasileira em um plano mais abrangente, desde os pressupostos da preparação básica até os cursos de estado-maior da carreira naval. A hipótese desse trabalho é a de que os militares da MB se preocupam com a formação ético-profissional de nos níveis técnico e político, tendo em vista a institucionalização de um preparo para atender às necessidades brasileiras e aos interesses da MB no plano político interno e externo.

Esta hipótese está relacionada ao próprio cumprimento da missão constitucional das FFAA, segundo o estabelecido pelo artigo 142 da Constituição de 1988. Neste sentido, a missão da MB não é, em geral, distinta das demais Forças. Existe a responsabilidade institucional da construção de um “ethos” adequado à tal finalidade. O que pretendemos ressaltar aqui é a especificidade da formação militar-naval e a sua peculiaridade na defesa das águas jurisdicionais brasileiras. O oficial da MB é educado a adquirir competência técnico-operacional na administração dos meios de combate e formação para a liderança, o comando e a compreensão da guerra e dos conflitos de baixa intensidade como fenômenos políticos complexos no qual o país pode ser envolvido.

O dispositivo constitucional determina que também a MB garanta a lei e a ordem no plano interno. Este é um aspecto que dá margem à confusões entre crise institucional e atuação na segurança pública para combater a violência, em substituição ou apoio às polícias estaduais e federais. Contudo, a participação mais efetiva neste campo é do

---

\* Uma versão inicial deste texto foi apresentada no seminário REDES-CHDS/NDU, em ago. 2002, Brasília, DF. O autor agradece a colaboração de Eliezer Rizzo de Oliveira, Margaret Hayes e Salvador Raza quanto ao material utilizado aqui.

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

Exército Brasileiro (EB). A MB e a Força Aérea Brasileira (FAB) resistem mais a tais procedimentos, entendendo que a sua profissionalização é mais adequada às atividades ligadas à defesa externa do país. Ainda que se alegue é uma atribuição secundária de sua missão, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) cumpre, em nome da MB, essa tarefa em conjunto com o EB nas áreas litorâneas e ribeirinhas. Isso ocorre porque os oficiais-marinheiros se entendem mais “globalizados”, preocupando-se com a situação político-estratégica do país e seus vizinhos na região do Atlântico Sul e das bacias hidrográficas.

Notamos, também que a MB possui interesses corporativos e faz seu “lobby” diante do poder político para vê-los atendidos. Tal fato ocorre, por exemplo, na compra de material e armamento (como um porta-aviões) e a formação de recursos humanos, com um sistema educacional próprio e autônomo, segundo a legislação em vigor. Não há participação e controle civil mais efetivos que permitam manter a autonomia administrativa da corporação naval, mas não a autonomia política. Estes aspectos são criticados por nós aqui, pois, a modernização organizacional da MB é feita segundo critérios próprios. Não há discussão parlamentar consistente e melhor organização da sociedade civil para questionamento e avaliação do planejamento e das decisões tomadas em prol desta temática.

Assim, a sua preparação está relacionada a um ideal de modernização da Força para cumprir a sua missão constitucional, desenvolvido segundo uma percepção autônoma de sua identidade. Relacionamos esta situação às questões apresentadas pelo processo de “civilinização” militar e às tensões da adoção dos modelos tradicional / ocupacional, dentro de um contexto influenciado pela Revolução nos Assuntos Militares (RAM) e pelo pós-modernismo militar, segundo a abordagem de autores como Janowitz, Moskos, Chilcoat etc, que veremos adiante.<sup>1</sup>

O texto está estruturado em dois momentos. No primeiro, há uma descrição das questões que envolvem a profissão militar no mundo contemporâneo segundo esses e outros autores que abordam suas características. A seguir tratamos da educação naval brasileira, através do ensino da EGN e seus cursos, enfocando especificamente o C-PEM. Deste modo, são apresentadas as razões de sua implementação em 1984 para atender às necessidades de preparo dos oficiais-marinheiros que pretendem alcançar os postos de oficiais-generais da MB. Relacionamos tal implementação com o contexto específico da corporação naval e o contexto do país, em função das transformações político-institucionais em curso, a partir do final da transição para a democracia. Apresentamos a estrutura atual do C-PEM a partir de uma digressão da evolução histórica do curso, com base nos currículos estabelecidos pelo Estado Maior da Armada (EMA) e implementados pela EGN até o ano 2000. Após

---

<sup>1</sup> Notamos aqui que esta é uma terminologia adotada pela literatura da sociologia militar, inclusive com críticas por parte dos referidos autores. Entendemos que este conceito é problemático, pois adotamos a postura teórica de que a modernidade é um processo inacabado, segundo Habermas (1989). Daí, o pós-modernismo como corrente de pensamento existe no âmbito acadêmico, mas, não é suficiente para explicar a realidade.

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

, há uma discussão sobre a participação dos civis na formação militar e naval brasileira, baseada nas proposições relativas às exigências do contexto democrático. Aqui, nos referimos à produção elaborada na própria EGN, no trabalho de alguns analistas e nas análises do autor sobre os princípios que são considerados importantes para a modernização da MB. Por fim apresentamos as nossas considerações finais.

### 1. A Guerra Contemporânea, Complexidade e a Revolução nos Assuntos Militares

A realidade na qual as Forças Armadas (FFAA) se encontram atualmente, está relacionada à discussão da chamada Revolução nos Assuntos Militares (RAM). Esta apresenta uma grande complexidade, que tem por resultado o levantamento de novas questões relativas ao fazer a guerra. No aspecto científico-tecnológico há mudanças relacionadas à cultura militar, e as atividades técnico-operacionais, onde a composição e o funcionamento de uma Força são afetados em todos os níveis, modernizando-a. Assim, o desenvolvimento de sensores e dos equipamentos de comunicações passam a ser tão vitais na guerra atual que um país pode não ser atacado fisicamente, mas eletronicamente, daí amargar seríssimos danos nos seus sistemas de caráter militar e civil. Isto faz com que o combate seja invisível em terra, mar e ar, passando a existir virtualmente, na dimensão eletromagnética. Um exército pode deixar de acionar as suas armas de combate pela simples razão de que muitos / todos os seus movimentos estão sendo monitorados. Um dos exemplos existentes foi o das forças iraquianas diante do poderio norte-americano na Guerra do Golfo. Essa guerra apresentou as “bombas inteligentes”, as aeronaves invisíveis aos radares (tecnologia *stealth*), computadores, satélites, sensores de informação e reconhecimento, comando e controle formando um novo patamar de combate, graças ao incremento tecnológico-eletrônico. O uso da Força se tornou essencialmente ligado às necessidades do “domínio da informação” e das “armas inteligentes”. A partir de então, a configuração das FFAA assume novas características, como o aprimoramento da inteligência, versatilidade, mobilidade, agilidade e velocidade. Isto implica também na redução de suas dimensões em termos dos recursos humanos e materiais, dada a imperiosidade da qualificação profissional e a materialização dos equipamentos que servem como acessório ou plataforma de combate. As batalhas tendem a ser mais intensas e rápidas e as baixas tendem a ser menores, há uma reconfiguração do campo de batalha tornando-o transparente, redução dos níveis hierárquicos e maior agilização da capacidade de comando mais exigida em termos de agilidade.

No aspecto político-estratégico, a RAM é sinônimo também de modernização porque implica numa configuração técnica e organizacional capaz de atender as necessidades bélicas dos Estados-nação e projetá-las para o futuro, identificando as ameaças existentes e as possíveis, num cenário de crises políticas. Neste caso, ela contribui para a implementação de mudanças no nível estratégico, tático e operacional, mas não necessariamente na política de defesa e no uso da força como recurso dos Estados. Os interesses poderão ser os mesmos, como também os objetivos de manutenção da paz, de composição das alianças político-estratégicas etc, tal como ocorre com as maiores potências do planeta, como no caso dos Estados Unidos da América (EUA). Este país impõe o padrão que os demais países tendem a seguir.

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

Outros países como a Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, Austrália, Índia, Indochina, Paquistão e Japão têm buscado seguir esta tendência imposta, principalmente, pelos EUA. Caso isto não ocorra, fica comprometida a credibilidade do país para implementar um efetivo poder dissuasório.

Essas novas características da guerra contribuem para aumentar o hiato tecnológico e os problemas de interoperacionalidade entre as Forças de dentro ou de fora de um país. Para que isto seja reduzido, investe-se na tecnologia de comunicação, a fim de que as Forças possam “conversar mutuamente”. O Departamento de Defesa norte-americano busca se preparar para as incertezas do futuro, considerando um horizonte para os próximos anos através do desenvolvimento da doutrina, educação, treinamento, organização e material capaz de manter verdadeiramente integradas as operações militares. Assim, o Departamento de Defesa, com a ajuda dos países aliados e demais parceiros, pretende implementar um programa de quatro partes principais: a) perseguir e focar os esforços de modernização para garantir a superioridade tecnológica dos EUA, b) continuar a explorar a RAM para prover o país da habilidade necessária ao bom desempenho das missões no presente e no futuro, c) empreender uma revolução administrativa, de modo a consolidar uma reengenharia radical na sua infra-estrutura e atividades, d) garantir ou conter ameaças futuras com a finalidade de manter o gerenciamento dos riscos num ambiente de restrição de recursos, alcançando a melhor posição para responder de maneira efetiva a rápida às ameaças (Cohen, 1998).

Neste contexto, alguns autores fazem considerações sobre a nova ordem mundial, a política global e a segurança nacional norte-americana como David Alberts e Thomas Czerwinski (1999). A abordagem utilizada por eles, dada pela teoria da complexidade para analisar o sistema internacional, indo além de uma visão linear tradicional, onde os “inputs” e os “outputs” são proporcionais, causa e efeitos são observáveis, a previsibilidade facilita a elaboração do planejamento e o sucesso depende de um cuidadoso e detalhado controle e monitoramento. Na verdade, esta é uma visão reducionista dos problemas político-estratégicos, que poderia ter alguma validade para explicar o mundo pré-90. Por isso, é necessário adotar, uma percepção não-linear do sistema na qual não há proporcionalidade, equalização, evidência e previsão de forma absoluta. Para esses autores, pensar as questões político-estratégicas nos dias de hoje significa adotar uma concepção onde o caos está presente, fazendo, assim, aumentar a complexidade dos fatos gerados pelos diversos atores envolvidos nos cenários existentes. A crise é vista como uma parte integrante e essencial do processo, que não deve ser descartada; pelo contrário, é preciso ser considerada como elemento-chave para entender a dinâmica da guerra. Aqui Clausewitz é valorizado como um pensador central. A sua percepção de que a guerra possui uma gramática própria, mas uma lógica que lhe é exterior, é considerada um dado importantíssimo. A lógica da guerra é a política, que comporta uma variedade de relações dinâmicas que levam a instabilidades, crises, desgastes e adaptações constantes. Clausewitz possui atualidade para pensar a guerra atual por causa das imprevisibilidades políticas e da relação do trio: Estado, povo e FFAA. Como toda guerra possui uma complexidade própria, o comportamento de um destes elementos envolvidos está condicionado à paixão do povo, à racionalidade do Estado e a combinação de

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

incidentes na batalha que a torna imprevisível. A valorização do estudo da História para o comandante é grande, pois ela é capaz de educá-lo frente às experiências passadas e dar-lhe condições de julgar as suas ações futuras. Ela ajuda o comandante a recorrer às metáforas ricas em imaginação. Deste modo, ele pode explorar as diversas possibilidades, considerando os aspectos relativos ao novo, mutável, surpreendente e inspirados. A importância atribuída a Clausewitz para a adoção de uma nova postura científica ajuda a pensar a situação dos EUA e do mundo daqui em diante, levando em conta a sua enorme problematização. Com base na visão sistêmica não-linear é possível então, estar aberto a novos conceitos e modelos de compreensão. A História é uma intenso e complexo registro de interconexões e possibilidades que causam mudanças imprevistas a partir da interação com os diversos atores envolvidos, com sucessos e fracassos que dependem da estratégia adotada por uns em relação aos outros (Jervis, 1999). Em outras palavras, a guerra depende do quanto de antecipação e surpresa o Estado pode contar na elaboração de suas políticas diplomática e militar. Por sua vez, isto depende de como cada um dos atores envolvidos serão capazes de fazer para contribuir negativa ou positivamente para o intento daquele Estado. Deste modo, há uma exigência de adaptação às mudanças que se relacionam à ação dos atores no contexto onde estão inseridos. O pensamento sistêmico proposto deve, então considerar a dinâmica do processo político-estratégico onde está presente um enorme grau de indeterminação, de contradições e de ambigüidades. O mundo está em constante transformação, como se pode perceber na atual situação que envolve os Estados: soberania, governo, fronteiras, etnias, tecnologia, finanças, mídia etc são elementos que têm modificado as características dos Estados, enfraquecendo-os muitas vezes, embora continuem a existir. As ferramentas intelectuais precisam ser modificadas, pois elas são insuficientes para entender toda a complexidade presente. Do mesmo modo, não se deve cair na ilusão de que haja qualquer tipo de panacéia no conhecimento sobre o mundo e na formulação de políticas. A melhor orientação seria uma abordagem interdisciplinar, onde pensadores de todas as áreas do conhecimento devam continuar a perseguir a busca de esclarecimento sobre o contexto atual. Assim, o comandante passa a ter a sua decisão condicionada pôr múltiplos fatores interligados, relacionados ao caos e os fenômenos complexos, variáveis e mutáveis (Gell-Mann, 1999).

Estas considerações, também foram feitas para a realidade dos EUA pelo general Richard Chilcoat (2000), então reitor da NDU e publicadas em um número especial de um periódico do EB. Nele é ressaltado o impacto dramático da revolução militar no desenvolvimento da carreira dos oficiais, devendo ser “baseada na tecnologia da informação”, “incorporada às operações, proporcionando integração entre os estudos” e “recorrer aos componentes civil e militar, assim como às instituições internacionais”. Dentre os fatores básicos para a mudança da educação militar, a tecnologia de informações tem um papel central, por causa de sua capacidade de influir diretamente no complexo processo de conhecimento, planejamento e tomada de decisão, vitais para estar à frente dos demais competidores. Deste modo, a educação militar deve buscar excelência e tirar proveito das mudanças, evoluindo dentro de um curso combinado de “continuidade, mudança, renovação e crescimento”. A situação mundial faz com que os militares atuem como guerreiros, diplomatas, braço da lei e agentes humanitários. Para tanto, as escolas militares de alto comando devem contar com dois tipos importantes de características combinadas: a) a cooperação de agências governamentais, não-

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

governamentais e multinacionais; b) a sincronização e a harmonização de operações de combate em conjunto com as demais FFAA, descendo ao nível de brigadas, esquadrilhas e navios. É este tipo de visão conjunta que corrobora a Política de Educação Militar do Oficial Profissional, estabelecida pelo chefe da Junta de Chefes de Estado-Maior por meio de padrões acadêmicos e currículos conjuntos. Aqui a NDU tem um papel considerado fundamental, juntamente com as escolas de comando das Forças Singulares: a necessidade de entrosamento constante gera o planejamento da "Educação Militar Conjunta 2010" com a finalidade básica de avaliar e atualizar o processo de educação militar. Isto é feito com um novo paradigma, substituindo o modelo industrial pelo modelo pós-industrial, onde a interdependência entre os centros de ensino, cooperando para a sinergia e a interoperabilidade. A materialização desta proposta é o estabelecimento de rede de computadores, currículos, seminários, palestras, conferências, cursos, exercícios de jogos de guerra na forma presencial e à distância. Invocando Thomas Jefferson, o general Chilcoat aponta um novo horizonte onde novas as e verdades serão constantemente descobertas, onde será cada vez mais necessário " uma vontade de indagar e criar, de aceitar mudanças e visões, de defender novas idéias e, acima de tudo, liderar ".

Paul Dibb (Fialho, 2001) adota esta abordagem para tratar do caso das Marinhas de porte médio, como a Austrália e mais próxima da realidade brasileira. O planejamento com base na capacidade, o encorajamento da diversidade e da adaptação, assim como a flexibilidade, são os elementos fundamentais para pensar a estrutura das forças de um país de orçamento relativamente baixo. Para um país de influência regional é necessário também pensar o planejamento estratégico da estrutura de forças para determinar as prioridades e estabelecer a alocação de recursos orçamentários. Um aproveitamento da discussão sobre a estrutura de forças e o planejamento estratégico, adaptado à realidade brasileira foi considerado por Raza (2000) e (1997) e (Proença Jr, Raza e Diniz, 1999). Este tipo de discussão foi ainda considerado por Vidigal (1998) e (1999). Este estabeleceu alguns pontos básicos para o preparo e emprego do Poder Naval nacional para o século XXI, à luz das transformações ocorridas no cenário internacional, sob a hegemonia dos EUA. Assim, existe um quadro de incertezas, geradoras de novas e possíveis vulnerabilidades para o Brasil, que influenciarão no planejamento e administração para a defesa. Este autor também se refere à necessidade da MB prestar atenção nos aspectos do pensamento sistêmico / integrado (semelhante à Joint Vision 2010) e na valorização da interoperabilidade entre as forças.

Entendemos que o conhecimento do impacto da RAM no Brasil ainda merece maior aprofundamento, mas aqui enfatizamos alguns aspectos que vão além de sua valorização apenas por modismo. Ela é um tipo de motivação importante para a capacitação tecnológica e o planejamento político-estratégico em função das exigências do mundo atual. Se nos países desenvolvidos muito projetos tecnológicos ainda estão por ser feitos, nos países subdesenvolvidos, eles soam como ficção científica. Neste sentido, a tentativa de acompanhar os países desenvolvidos como um mínimo de defasagem necessita de um grande investimento em recursos e criatividade. Esta é uma luta semelhante à de Davi contra Goliás.

## **Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil**

Ressaltamos, porém, que a RAM é importante para a discussão sobre o delineamento das forças não apenas em termos científico-tecnológicos. Por isso, apontamos para a centralidade dos aspectos educacionais, como a formação ético-política, que leva em conta a formação para o comando e a sua aplicação de acordo com as necessidades político-estratégicas do país. No plano internacional, isto significa considerar as incertezas, instabilidades, possibilidades e relações com a realidade latino-americana. No plano nacional, significa pensar as suas repercussões para o planejamento da defesa nacional a partir do aprofundamento das relações civis-militares, em nome da consolidação da democracia. Gostaríamos de enfatizar que não vemos a RAM como uma panacéia, tampouco como uma ameaça às organizações militares. Ela é fruto de um processo de mudanças que está em curso no âmbito das sociedades contemporâneas e seus Estados. O que nos parece importante é que tal contexto nos remete a pensar qual o modelo de profissão militar pode ser considerado adequado para um país como o Brasil, a partir de uma estrutura de forças que pretenda se considerada moderna, como a MB. Para nós é fundamental considerar a importância do estudo das Humanidades de maneira crítica e reflexiva para que o comandante entenda as determinações político-estratégicas condicionadas pela situação histórica. Esta área de conhecimento tem por atribuição buscar compreender a realidade e dar bases que orientem a ação, o que pode ser conseguido pelo planejamento do processo educacional. Assim, o oficial entende as determinações e as situações nas quais o país e a Força possam estar inseridos. Do mesmo modo, poderá avaliar as determinações do poder civil sem, contudo, alimentar a sua extrapolação burocrática.

Este é um aspecto importante para a construção de um modelo profissional que absorva as mudanças organizacionais, mas que se pautem pelos ditames do poder civil. Em um ambiente de mudanças epistemológicas, há mais aproximação das diversas áreas de conhecimento. Por isso, é bom lembrar que não podemos perder a perspectiva de termos uma visão holística e interdisciplinar sobre o fenômeno da guerra. As perspectivas sobre a temática clausewitziana apresentadas aqui pelos autores anteriormente citados, demonstram que a política é em si mesmo um fenômeno pleno de incertezas, contradições. Para uma Força que necessita manter-se atualizada e preparada no cenário internacional regional sul-americano esta nos parece ser uma boa indicação do curso na qual ela venha a seguir.

### **2. Modelos de Profissionalização Militar**

Como indicamos anteriormente, a situação do mundo atual e as transformações tecnológicas, advindas da RAM do final do século XX relacionam-se ao que se convencionou chamar de “pós-modernismo militar” (Moskos, 2000). A RAM é uma situação que envolve a adoção de uma postura aproximada com o contexto do “pós-modernismo militar”. Este é entendido no campo tecnológico-militar, tendo por base: a) a revolução técnico-científica do final do século XX com o processo da informação, causando uma grande repercussão cultural através da utilização de biotecnologia, química e da eletrônica (comunicações e informática); b) a nova configuração político-estratégica após o desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o fim da Guerra Fria e o aprofundamento de processo de “globalização”, que causou impacto na organização política, econômica na vida dos Estados-nação.

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

Esta classificação foi feita dividindo a história do século em: Período Moderno (1900-1945), Moderno Final (1945-1990) e Pós-Moderno (a partir de 1990). Combinadas a esta divisão estão as áreas temáticas, assim determinadas: ameaça percebida, definição da missão principal, estrutura da força, perfil militar predominante, postura da opinião pública, relacionamento com a mídia, quadros civis, quadros femininos, postura de cônjuges, presença de homossexuais e imperativos de consciência. Moskos reconhece o fato de que o pós-modernismo, como categoria, deve ser melhor debatido no mundo acadêmico. Por isso, ele afirma que a sua maior contribuição é, ao menos, lançar luz no âmbito da literatura sobre as relações civis-militares. Entretanto, a herança moderna continua válida, no que se refere à aceitação da experiência empírica para o planejamento e a decisão relacionadas às missões das FFAA. Em uma abordagem anterior sobre a profissão militar, baseada na consideração de Morris Janowitz (1967), na qual as FFAA estariam passando por um processo crescente de “civilinização”. Moskos (1991) já advogava a idéia de que a passagem do modelo institucional para o organizacional não é sempre algo considerado positivo, tampouco irreversível. Por isso, é incorreta a caracterização da carreira militar com base no mercado de trabalho e na especialização técnica, desprezando os valores e símbolos da defesa da pátria, da honra, do dever, do serviço público e da liderança. As atribuições do institucionalismo como o mérito, devem conviver a capacidade técnica, a responsabilidade, a economia e a eficácia pertencentes ao organizacionismo. O modelo institucional está pautado pelos valores e símbolos tradicionais da profissão militar, onde estão presentes: o heroísmo, a honra, o culto aos feitos do passado, o ideal de serviço à Pátria e a preponderância de uma cultura de arsenal bélico. As funções e tarefas são em muito distintas do mundo civil, por conta da peculiaridade das operações de combate. A maioria do pessoal é formada nas academias militares e têm uma marcada diferença em relação às instituições de ensino civil. A presença de profissionais civis é complementar e há pouca participação de minorias étnicas e de mulheres no corpo de oficiais. O modelo organizacional é pautado por uma visão da profissão militar com poucas diferenças em relação às civis. Na verdade, estas influenciam a formação militar por causa da dinâmica complexa da vida social contemporânea, exigindo maior capacitação para o trabalho de modo semelhante ao da sociedade. Aqui a formação do pessoal não se diferencia do mundo civil e faz com que as universidades tenham uma participação importante no preparo dos recursos humanos. Mesmo com a formação acadêmica básica na caserna, os oficiais estudam em escolas de nível superior ligadas às instituições militares ou não. A qualificação de pessoal no sistema de ensino societário é vista como normal, pois, muitos profissionais egressam no mundo militar já com tal preparo. As perspectivas em relação à carreira são basicamente as mesmas das carreiras civis: remuneração razoável, um certo grau de estabilidade, ascensão funcional e adoção de alguns critérios do mercado na gestão dos recursos humanos e materiais. A presença dos grupos sociais minoritários é mais constante. Em suma, o modelo organizacional é mais próximo da realização do processo de “civilinização” da profissão militar.

A partir desta classificação, assumimos aqui a posição de que a MB reúne características de ambos os modelos, configurando uma exemplificação do modelo plural. Ela possui os elementos de valorização da honra, patriotismo, etc em conjunto com o aprimoramento de recursos humanos geridos por métodos técnico-científicos de administração, economia, especialização funcional etc. Isto leva à necessidade de maior

## **Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil**

aperfeiçoamento dos recursos da corporação no seu no interior (academias) e no exterior (universidades), influenciando em novas concepções sobre a carreira. Em suma, há uma modernização da profissão militar em curso, convivendo com valores e práticas tradicionais que é traduzida de modo específico como reflexo da situação social internacional e nacional.

A situação da defesa nacional brasileira em função da RAM e do pós-modernismo militar foi abordada por Côrtes (2000). Este autor fez um enquadramento dos países denominados por ele de “semi-desenvolvidos”, onde se situa o Brasil. Assim, ele descreve a situação aos tópicos estabelecidos por Moskos (ameaça percebida, definição do papel principal, estrutura da força, perfil militar predominante do comando, postura da opinião pública, relacionamento com a mídia, proporção entre os quadros civis e militares, quadros femininos, postura de cônjuges e imperativos de consciência) e utilizou-se do seu modelo para enquadrar as FFAA brasileiras, acrescentando duas novas áreas: interação com o setor privado e assistência cívico-militar.

Em termos do processo de “civilização” institucional, para a realidade da MB importante assinalar que ela tem recebido ao longo das últimas décadas um grande contingente de oficiais de formação universitária civil prévia, dentre os quais várias mulheres. Os comandantes dessa Força avaliam como positiva esta participação nas atividades de apoio ao combate, como serviços técnicos de administração, contabilidade, advocacia, magistério, biblioteca, informática, engenharia, saúde etc.<sup>2</sup> Nossa posição é a de que tal fenômeno atende a interesses corporativos, mas também é fruto inevitável do processo de modernização que atinge, em maior ou menor grau, a realidade latino-americana. Como uma corporação vista por nós enquanto um modelo plural, misto, segundo a classificação moskosiana, devemos considerar a necessidade de levar em conta com mais rigor os impactos das mudanças implementadas a partir dos anos 80 e estabelecer alguma comparação com outras Forças Navais da região, como a Argentina e o Chile e a Venezuela. Daí, a classificação feita por Côrtes, nos parece ser incompleta, ainda que relevante para a realidade brasileira.

### **3. A Marinha do Brasil, Modernização e Educação**

A MB tem suas especificidades relacionadas às características do Poder Naval que deve ser estruturado a partir do estabelecimento de um planejamento satisfatório no campo estratégico. Entendemos que tal planejamento inclui a discussão a respeito de conceitos e propostas bem fundamentados levando em conta os aspectos militares (operacionais, bélicos, tecnológicos) e aspectos sociais (econômicos, políticos e culturais) aqui a necessidade de se criar condições para uma política de defesa, que congrega as outras forças e os representantes da sociedade civil e do Estado, onde nesta questão é fundamental pensar o elo entre civis e militares. Os motivos desta

---

<sup>2</sup> Em distintas entrevistas ao autor deste texto, os ex-ministros da Marinha Mário César Flores e Mauro César Pereira, apresentaram esta posição. Do mesmo modo, foram as declarações da nossa entrevista com o vice-almirante Armando Vidigal, outro eminente estrategista da corporação e ex-diretor da Escola de Guerra Naval.

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

relação se referem ao estabelecimento de sugestões de prioridades para o Poder Naval de modo que atinja a formação dos oficiais da MB para a elaboração de um pensamento estratégico adequado às necessidades da Força e do país. A partir do exposto acima, nossa percepção é a de que a MB e as demais FFAA brasileiras se debatem num esforço modernizador que não depende somente do seu planejamento específico, mas também das decisões político-estratégicas dos líderes civis, responsáveis pelo estabelecimento dos princípios e das políticas orientadoras deste processo, como a Política de Defesa Nacional (PDN) e a Política Militar de Defesa (PMD). Esta formulação certamente está relacionada com o que as FFAA fizeram no passado, pretendem fazer no presente e vislumbram realizar no futuro do Brasil. Para a MB a formação do oficial não perde de vista este propósito, diante de sua missão e dos meios disponíveis para cumpri-la no âmbito da defesa do espaço marítimo-fluvial e da manutenção do “statu-quo” político- institucional, estabelecidos em nome dos interesses nacionais pela elite brasileira.

Analisando os novos paradigmas para a MB no início do século XXI, o são apontados os seguintes temas, dentre outros, diante das megatendências mundiais: a) a explosão econômica global, b) a emergência do socialismo de mercado, c) o declínio do “welfare state”, d) o fenômeno da liderança e suas características nos anos 90, e d) a ascensão política e econômica do Pacífico. A MB precisa se adaptar aos novos tempos de intensa transformação em todos os níveis “o tipo de indivíduo que a corporação necessitará em seus quadros no próximo século será aquele jovem ágil, experiente e produtivo”, a “otimização do uso dos recursos humanos é fundamental para a realização dos objetivos do Poder Naval” (Santos, 1995). Para este autor, a próxima geração dos jovens, a seu ver, será ambientalista, pacifista e esotérica. Segundo alguns analistas, os líderes estarão no lugar dos gerentes, por isso o seu preparo deverá ser holístico, interconectado, orgânico, sistêmico, e intensivo. O espaço da intuição, da criatividade e da sensibilidade será, por isso mesmo, amplamente valorizado. Daí a necessidade de investimento maciço em educação, na preparação profissional. Por isso, a mentalidade da humanidade tende a evoluir para “um padrão mais ético”, e “a única maneira de fazer frente aos desafios futuros é adotar uma nova forma de liderança, capaz de trazer à tona o melhor das pessoas, responder rapidamente às mudanças”.

Ressaltamos que, para a articulação adequada da formação militar, a educação é um instrumento importante, contribuindo para a socialização dos membros da caserna, ao mesmo tempo em que lhes dá maiores oportunidades de qualificação profissional, para a qual, a função combinada entre as academias militares e as universidades civis, é fundamental para a formação militar, no tocante à execução da sua missão, motivação e responsabilidade profissional. A educação é a responsável pelo desenvolvimento das atribuições espirituais e científicas para a implementação eficaz da estratégia militar dissuasória. A MB entende a sua missão como uma forma de contribuir para a modernização do país ao mesmo tempo em que a própria corporação procura aperfeiçoar a sua organização neste sentido. A formação dos oficiais é concebida como um processo de qualificação que se estende da Escola Naval (EN) à EGN repleto de atributos técnico-operacionais e ético-morais, responsáveis por dispor à corporação e ao país o melhor possível em termos de atualização científico-tecnológica e de qualificação de recursos humanos. De todos os cursos da EGN, o C-PEM é o mais importante e

## **Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil**

significativo para produzir um tipo de material que revela o entendimento dos oficiais da corporação sobre a sua missão, dentro do contexto nacional e internacional. Há uma grande variedade dos temas tratados, revelando a complexidade das questões relacionadas às atividades de defesa na realidade atual. A sua importância está em formar os futuros oficiais-generais da MB para as atividades de comando, planejamento, administração e análise político-estratégica. Ele é, portanto, o curso que prepara a elite da Força Naval brasileira.

Aqui nosso questionamento em relação ao C-PEM se estende também aos seus equivalentes nas demais Forças. Dentro do modelo esboçado por nós neste texto, devemos nos perguntar da necessidade de termos cursos de política e estratégia em alto nível separados e autônomos. Entendemos que em nome da perspectiva de integração das forças, que há necessidade do poder político em pensar na propriedade da unificação desses cursos, ressalvado os aspectos de preservação de “ethos” próprio, singularidades e especificidades técnico-operacionais de cada uma delas. Outro aspecto que pensamos ser importante é a participação das universidades civis em colaborar mais substantivamente com o poder político, contribuindo para esta formação, segundo a argumentação que estabeleceremos adiante, no tópico que abordamos a participação dos civis no ensino militar-naval.

### **4. O Ensino na Escola de Guerra Naval**

A EGN é a repartição mais importante da MB para se aprender as o conjunto das doutrinas que fundamentam a missão da corporação e discutir as principais questões relacionadas ao emprego do Poder Naval, dentro da lógica da Política Militar, enquanto parte integrante da Política de Defesa Nacional e da atribuição constitucional das FFAA. A EGN é o lugar privilegiado da formação dos oficiais para ocupar as posições de chefia e comando no prosseguimento da carreira militar naval desde o posto de capitão-tenente ao de capitão-de-mar-e-guerra. Toda as atividades da EGN estão submetidas ao estado-maior segundo as características inerentes à Força Naval, que é responsável por aprovar o seu regimento, fixar as vagas para os cursos e aprovar os seus currículos. A Escola tem por função a formação em alto nível dos oficiais da MB para a ocupação dos postos da Alta Administração Naval. Sua missão e diretrizes são estabelecidas pelo estado-maior A Escola oferece anualmente quatro modalidades de curso: Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-MOI), Curso Superior (C-SUP), Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-MOS) e Curso de Política e Estratégias Marítimas (C-PEM). Esta nova nomenclatura é resultado de portaria ministerial em 1997, o que não alterou o perfil dos cursos existentes anteriormente. O C-SUP e o C-MOS fazem parte do C-AEM (Curso de Altos Estudos Militares) e está destinado a civis e militares da MB no nível de capitão-de-mar-e-guerra ou da outras FFAA que necessitem de qualificação nas questões referentes ao Poder Marítimo Nacional. O Exército possui o Curso de Política e Altos Estudos do Exército (CEPAEx), a Aeronáutica o Curso de Política e Estratégia Aeronáutica (CPEA), a Escola Superior de Guerra (ESG) possui o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) como cursos correlatos, que contam com a eventual participação de oficiais da MB.

#### **4.1 As Características do C-PEM**

## **Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil**

O C-PEM por meio da atualização e ampliação de conhecimentos nos campos da Estratégia, da Administração, da Política Naval, da Política Marítima e de assuntos correlatos, tem como propósito: aperfeiçoar oficiais do Armada, Fuzileiros, Intendência, Engenheiros Navais, e Médicos, para o exercício de funções nos altos escalões da Marinha e preparar civis e oficiais do Exército e da Aeronáutica para o exame dos principais assuntos relacionados com a Marinha e o Poder Marítimo.

A intenção do C-PEM é capacitar os seus oficiais para o desempenho da direção e do comando em alto nível, mas, isto está posto dentro de limites restritos. A EGN não pretende ser uma instituição universitária e nem se reconhece enquanto tal. Em relação às outras FFAA, a atitude da MB é distinta, uma vez que a Aeronáutica tem a sua ECEMAR dentro da estrutura organizativa da UNIFA e o Exército tem buscado validar a sua qualificação do curso de estado-maior como uma pós-graduação "strictu-sensu". Segundo a EGN esta não é a pretensão da MB, embora reconheça que a contribuição da filosofia e das ciências seja muito importante para formação em alto nível de seus oficiais. Pelo menos, quanto a este aspecto, a organização não assume um posicionamento corporativista, tal como poderia supor a partir do comportamento das outras FFAA. A qualificação no nível de pós-graduação deve ser buscada por iniciativa do próprio oficial no sistema de ensino brasileiro ou estrangeiro, sem apoio ou facilidades explícitas da organização.

O C-PEM é ministrado por instrutores civis e militares lotados na própria EGN, palestrantes, conferencistas e preletores da MB ou de outras instituições públicas e privadas. Também são convidados os membros da administração federal, parlamentares, acadêmicos, sindicalistas e membros de ONGs. Os oficiais-alunos avaliam os convidados, juntamente com a direção da EGN para indicar o seu possível retorno na próxima oportunidade. A distribuição dos temas das aulas obedecem ao cronograma de atividades, e o detalhamento das unidades do programa traz as datas de apresentação do tema das palestras e seus executores, bem como as referências bibliográficas indicadas. Há uma enorme gama de assuntos tratados de acordo com o interesse da MB e a especialidade de cada convidado, obedecendo à lógica da distribuição do conteúdo nas várias disciplinas. Pensar a política, a guerra, a defesa nacional, o Estado, a sociedade brasileira no atual contexto regional e mundial para depois formular impressões e interpretações do perfil do Poder Naval brasileiro e seus interesses é a tônica, o que contribui para a formação dos quadros responsáveis pela execução das estratégias e táticas que venham a ser empregadas. Dar uma fundamentação teórico-metodológica que contempla a enormidade dos assuntos próprios das ciências humanas e sociais é, então, necessário e valorizado pela corporação. Entretanto, o curso não tem a característica propriamente acadêmica, pois não visa qualificar no nível de pós-graduação os seus alunos.

Os oficiais-alunos são avaliados por trabalhos individuais ou em grupo, para algumas disciplinas somente. Existe também a apresentação de uma monografia individual no fim do curso, cujo tema é indicado pelo estado-maior, ou pode ser sugerido pelo oficial-aluno, após aprovação dos responsáveis pelo ensino da EGN. Por exemplo, um exercício de manobra de crise, pode ser desenvolvido sobre a descrição e análise de possíveis cenários sobre a defesa da região amazônica para evitar o ataque de uma

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

suposta potência estrangeira, trabalhando em conjunto com o Exército e a Aeronáutica. Ou então, o uso da própria Força Naval em algum tipo de operação de paz (“peacekeeping”, “peace enforcement” ou “peacebuilding”). Neste caso, pode-se discutir a atuação dos fuzileiros navais em algum tipo de operação de resgate, de controle e manejo de uma área para operações militares navais ou de outras FFAA e na ajuda para a evacuação da população civil em algum tipo de distúrbio ocorrido.

Houve algumas as mudanças de ordem metodológica e programática na estrutura do C-PEM, como o remanejamento da carga horária de algumas disciplinas. A maior novidade em relação ao currículo anterior, de 1998, foi a introdução da estrutura organizacional e das funções do MD, instituído em 1999. De acordo com o currículo estabelecido para o ano de 2000, os oficiais-alunos possuem um alto grau de liberdade de pensamento e expressão pelo fato de que não se trata de um curso doutrinário. Há espaço para o debate, a crítica e o questionamento das doutrinas estabelecidas pelo estado-maior, desde que haja fundamentação. O próprio pode aproveitar o que venha a considerar importante como contribuição à formulação do pensamento político-estratégico naval brasileiro.

As disciplinas ministradas são em número de 11 com um período destinado às atividades complementares. O total da carga horária é de 1320 horas/aula, com a duração de 40 semanas. A importância dessas disciplinas reside no fato de que são elas as responsáveis por ajudar a reproduzir/formular a formação do pensamento político-estratégico da Força Naval, em suas principais doutrinas e nas várias interpretações que existem sobre a sua atuação na realidade brasileira e internacional.

Existem três áreas de estudo no C-PEM: a) Administração e Logística; b) Operações Navais e c) Política e Estratégia. O conteúdo programático está estruturado em três grandes blocos: 1) Revisão dos principais conceitos de política e estratégia e elementos da conjuntura internacional; 2) apresentação da conjuntura nacional e suas características econômicas, políticas e culturais, a Política de Defesa Nacional, Marítima e Naval e 3) elaboração de um conceito estratégico do Poder Nacional.

### *4.2 A Modernização do C-PEM*

No atual estágio de seu processo de organização, o curso parece buscar estudar as possíveis formas de atuação da Força Naval dentro do contexto da sociedade brasileira e de sua forma jurídico-política de Estado de Direito, segundo a determinação constitucional vigente. E ainda, procura se adequar dentro da estrutura administrativa criada em 1998 com a criação do MD, onde a racionalidade estatal deve ser operacionalizada para determinar o perfil de organização e emprego da MB, a especificidade de sua missão e os custos políticos e econômicos envolvidos nesta questão. Esta organização está relacionada às características apresentadas anteriormente sobre as mudanças, em especial, no tocante aos aspectos político-estratégicos e seus desdobramentos educacionais.

Consideramos que a busca pela modernização desembocou na elaboração de um novo currículo para a o C-PEM, adotado a partir de 2000 que mantém as disciplinas

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

do currículo anterior, mas visa reformular seu conteúdo e objetivos dentro de uma lógica estruturante de pensar um “projeto de força” para a MB.

Assim, as disciplinas da Área de Política e Estratégia mantiveram uma posição especial, em particular Estratégia. O curso manteve a organização em blocos originalmente incluído na década de 90, mas reformulou parte do seu conteúdo. No primeiro bloco, há uma revisão conceitual de Política e Estratégia e uma apresentação da conjuntura internacional. No segundo bloco, são analisadas a conjuntura política, social e econômica do Brasil e a PDN, a Política Marítima e a Política Naval. No terceiro bloco, os oficiais-alunos elaboram um conceito estratégico naval de acordo com a realidade brasileira, segundo as necessidades de segurança e defesa. De posse deste estudo, são feitos os exercícios de manobra de crise, onde se emprega politicamente o Poder Naval como expressão do Poder Nacional.

Este currículo pretendeu atender os objetivos propostos para o ensino da EGN em preparação para a realidade do século XXI (EGN 2000). Neste caso, houve estudos realizados para pensar as características consideradas mais adequadas para esse contexto, em primeiro lugar, a preocupação de pensar a guerra do futuro e a qualificação requerida em termos de tecnologia e pessoal, de acordo com “as novas estruturas de gestão do combate e administrativas” a partir de dois pressupostos: a) a centralidade da guerra nos altos estudos militares e b) o tipo de educação militar da qual a EGN é encarregada.

No primeiro pressuposto deve-se eliminar a falsa dicotomia entre atividades-meio e atividades-fim, pois todas as atividades cooperam para o combate da guerra no mar. Ao utilizar a força para os objetivos da política se pretende fazê-lo através de uma qualificação de oficiais para “conceber alternativas” de forma crítica, reflexiva os “elementos necessários para estruturar um projeto educacional que queira formar comandantes para a guerra e administradores conscientes das demandas da concepção e preparo das forças em todos os tempos”. No segundo pressuposto existe o reconhecimento da importância da educação que seja possível “formar homens e mulheres cada vez mais capazes de conhecer os elementos da realidade bélica onde se situam e onde atuam, para nela intervir, aceitando-a rejeitando-a, transformando-a”.

Esta é uma concepção que entende a educação militar como processo e não como produto, de “modo vivo, aberto que cumpre produzir, realizar, evoluir”.

Segundo a EGN, a realidade mundial, provisoriamente chamada de “pós-industrial”, na falta de um termo mais adequado, se caracteriza por um grande grau de imprevisibilidade e inovação em relação ao que existia há pouco no mundo contemporânea. Neste modelo se pensava a maximização e a sinergia de todas as especialidades e competências específicas no preparo das forças. O emprego conjunto das forças poderia ser feito previamente pelas Forças Singulares. Mas com as transformações ocorridas no fim do século XX a História mostrou que “a guerra não pode ser compartimentalizada”, isto é, o entendimento segmentado que determinam o comando e o controle da guerra não funciona mais de modo adequado, mesmo como resultado de componentes considerados ótimos. É necessário ter uma organicidade

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

maior do que a simples soma das partes. O chamado modelo “pós-industrial” se baseia na interoperabilidade das forças, assim como a harmonização e a integração das formas de pensar e agir, por causa dos novos produtos e processos resultantes das novas tecnologias adotadas na guerra. Aqui as comunicações têm um papel fundamental a desempenhar: ela dinamiza as informações a ponto de se tornar necessário a redução dos escalões hierárquicos para o emprego das armas.

Para a MB, a EGN deverá se preocupar em formar oficiais com o seguinte perfil: “empatia e coragem moral para liderar, a aguda consciência crítica da realidade onde vai atuar, capacidade de traduzir os propósitos institucionais em metas e trajetórias coerentes com a amplitude decisória do escalão hierárquico onde se coloca; c) a capacidade de avaliar criticamente a articulação dos objetivos políticos com as capacidades bélicas e a fundamentação teórica da guerra e o conhecimento das possibilidades instrumentais das técnicas bélicas”.

A EGN fomenta a educação de seus oficiais através da auto-educação e dos segmentos de ensino para, respectivamente, dar cabo da forma (cursos e programas) e da função (comando) dos objetivos do ensino. Na auto-educação há a centralidade do estudo da História. Esta é ensinada de maneira interpretativa e crítica, sem as armadilhas da simplificação e do receituário, inerentes à lógica tradicionalmente adotada. Aqui é necessário abandonar os dogmas estabelecidos e o imediatismo da aplicabilidade dos padrões do passado na realidade presente para adotar uma nova postura, onde domina a reflexão, a complexidade e a incerteza. Numa palavra: “o mundo mudou, as coisas mudaram, nós mudamos. A História serve como base de aprendizado. Mas, aprender com a História não é querer que ela se repita” (EGN, 2000b).

Deste modo é que se pode levar o oficial a ter a sua reflexão alimentada para exercer a sua capacidade de acordo com as exigências da profissão militar-naval. Os segmentos do ensino seguem a evolução da carreira, estipulando cursos de formação e aperfeiçoamento desde o posto de capitão-tenente até o de capitão de mar-e-guerra. Estes segmentos são entendidos pela EGN como “o farol que permite orientar o percurso, avaliar desempenhos e corrigir trajetórias”.

Por esta razão, a EGN elabora os cursos relacionados à doutrinação, à autonomia do aprendizado e ao processo decisório sobre as capacidades bélicas; isto é “a conduta da guerra e o projeto de forças” Para atender a estes momentos, a EGN estrutura os seguintes cursos: C-MOI, C-EMOS/C-SUP e C-PEM em mais de 400 oficiais por ano. O C-PEM sofreu uma reformulação em 1999 assumindo o “projeto de forças como lógica articulante” de sua concepção, em nome do qual a MB busca aproximar os segmentos de ensino com os momentos de aprendizagem. Daí para frente haverá muito que fazer, demandando ainda questionamentos, avaliação e novas propostas alternativas. Para desempenhar uma função de acordo com as necessidades da MB para o futuro, a EGN deverá se transformar adotando um papel de “laboratório cultural” para o EMA, integrando a reflexão com a ação e atividade-meio com a atividade-fim num processo de constante atualização em nome das tradições do passado, das necessidades presentes e das perspectivas para o futuro”.

## **Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil**

### **5. A Contribuição dos Civis ao Ensino Militar-Naval**

No interior da EGN, a presença de civis é considerada intensa e receptível. Como a Escola se preocupa da discussão do pensamento político-estratégico na versão do Poder Naval, ela admite mais naturalmente a presença de civis como participantes dos Cursos de Altos Estudos, como o C-PEM, seja na categoria de conferencistas ou de palestrantes convidados. Eles tratam dos mais variados assuntos de interesse do país e da MB. Esses são membros da classe política, empresarial, acadêmica e líderes de várias instituições da sociedade civil, segundo as determinações, diretrizes e planejamentos sobre todos os assuntos feitos pelo EMA. De modo semelhante, isto ocorre com as outras FFAA, de acordo com suas estruturas próprias. Eventualmente, os civis são chamados para alguns seminários sobre a educação e a profissionalização militar. O EB apresentou iniciativas consideradas importantes ao realizar um Simpósio sobre Educação Militar na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em outubro de 1998, com a presença dos ministros do Exército e da Educação. Outro Evento foi o Seminário de Defesa Nacional na ECEME, em novembro de 2000 com representantes da cúpula da corporação e do MD. A ECEME organizou o seminário, que contou com representantes da sociedade civil e do Estado. Líderes de associações de bairro, membros de organizações não-governamentais, empresários, acadêmicos, sindicalistas, técnicos de alto nível. Tal fato fazia parte do encerramento do CPEAEx o debate sobre temas nacionais e a defesa, na tentativa de conscientizar os participantes da importância do assunto e abrir a corporação para receber críticas e sugestões sobre o seu relacionamento com a sociedade brasileira. Os coronéis de exército, futuros generais e comandantes da Força Terrestre se preocupavam em ressaltar as características do quadro nacional e internacional e a necessidade de maior profissionalização das FFAA aprofundando os vínculos com os que eles consideram parte significativa da opinião pública brasileira.

As mudanças no ensino militar são então alvo da preocupação do próprio EB. A ECEME, através do programa ECEME 2005 se preocupa em se manter permanentemente atualizada, empreendendo um "Projeto de Reengenharia" na sua administração interna e modernizando a estrutura de seus cursos (Preparação, Altos Estudos Militares, Política e Alta Administração e o Programa de Atualização de Diplomados). A Escola visa trabalhar "estimulando o auto-didatismo e a metodologia do aprender a aprender" com o apoio de universidades e instituições de ensino civis. Este tipo de concepção de educação militar mantém semelhanças com a chamada "revolução na educação militar", como decorrência da conhecida RAM, de seu emprego "conjunto, combinado e multinacional", segundo as necessidades do contexto das transformações profundas no cenário mundial.

Entendemos que a MB pode seguir este exemplo, envolvendo com mais intensidade civis e militares através do intercâmbio de proposições sobre o preparo e o emprego naval à luz da orientação político-estratégica. O EB é uma corporação tradicionalmente vista como "fechada" e "tutelar" mas deu alguns passos significativos na criação de momentos de maior abertura à sociedade brasileira, ainda que eles possam ser entendidos como manutenção de interesses corporativistas. A MB, que esteve atenta a estas experiências através de seus representantes, pode aproveitar algo de válido

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

para estabelecer maior diálogo com a sociedade. A prática de seminários de debates com a sua oficialidade e os membros da sociedade civil brasileira pode ser intensificada aos moldes do exemplo e da temática tratados acima. Neste particular, os fatos trataram de apressar algumas expectativas quanto às relações civis-militares sobre a formação dos oficiais na MB para o C-PEM e os demais cursos da EGN. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos EUA foram alvo da análise dos oficiais da MB em um simpósio organizado em novembro do mesmo ano. Foram convidados acadêmicos, jornalistas, diplomatas e políticos para falar sobre o ocorrido aos oficiais-alunos dos cursos de estado-maior. Os ex-diretores da EGN, almirantes Mário Flores, Fernando Diegues e Armando Vidigal apresentaram suas considerações, representando a corporação. Dentre outros aspectos, o vice-almirante Vidigal, ressaltou o “momento histórico” da realização do evento, afirmando, entusiasmado, o acerto da MB em promovê-lo. Na sua perspectiva, foi uma “oportunidade magnífica”, que contribuiu para o seu futuro, pois as idéias de todas as tendências políticas circularam livremente nos debates. Isto demonstrou o quanto a MB está entrosada com a sociedade civil, tendo em vista o contexto democrático. Vidigal afirmou que: “Não podemos mais ficar na nossa torre de marfim. Temos de descer para a sociedade e mostrar nossa importância para esse país como um Poder Militar democrático, mas um Poder Militar digno de significação, é importante para qualquer país” (Vidigal, 2002)<sup>3</sup>

Vemos que algumas características do que foi expresso por Chilcoat para a realidade norte-americana, têm sido aproveitadas pelas FFAA brasileiras. No caso da MB são consideradas as questões da mudança no cenário mundial com as exigências de alto preparo tecnológico baseado na computação e na informática, do paradigma epistemológico de incertezas, do incentivo à auto-educação, da interoperabilidade das Forças e da contribuição das instituições acadêmicas e seu modo de tratar da complexidade da situação (Raza, 1997) (Proença Jr / Raza, / Diniz, 1999) e EGN (2000). Para o caso da EGN, houve também a sugestão de alguns destes analistas em transformá-la numa “Universidade de Estudos do Mar”, onde o método de estudo baseado numa proposta de “projeto de forças”. Entendemos que isso está inserido na discussão das RAM, que apontam para a estruturação da corporação para o século XXI, tornando-a uma repartição mais moderna e preparada para o atual contexto nacional e internacional. Embora esse nome possa não ser adotado, a proposta se refere a levar a Escola a ter uma organização interna mais acadêmica (Raza e Proença Jr 2000). Assim como no EB, a MB admite atualmente a realização de cursos de pós-graduação por parte de seus oficiais superiores, com o auxílio das universidades, como no caso da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> A MB tem se preocupado em discutir temas sobre a sua missão, preparo e emprego com a participação de oficiais das demais Forças e membros da sociedade civil. Como exemplo, temos os seminários sobre ciência e tecnologia, sobre a RAM e sobre o problema do terrorismo, realizados nos últimos dois anos nas escolas da corporação.

<sup>4</sup> Assinalamos que, a MB também tem envidado esforços para a autorização legal de abertura de cursos de mestrado e doutorado, com títulos outorgados pela própria corporação. Tal procedimento é visto por nós como inapropriado, segundo o nosso enquadramento exposto aqui.

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

Até mesmo a situação da ESG poderia servir também de discussão para as mudanças no campo da educação voltada para a defesa nacional. Não parece ser do propósito do MD a sua transformação numa Universidade de Defesa Nacional, como nos EUA, mas a sua reformulação tem sido estudada. (Taveira, 2000). Segundo o almirante Flores (2001) o ensino militar tem que dar um passo na direção da integração, superando o corporativismo isolado a nível estratégico-operacional. O ensino militar moderno deve dar um salto no sentido integracionista também nos cursos de estado-maior das FFAA, pois o conceito de teatro único de operações em moda, supera as resistências corporativas. Respeitando as características e possibilidades das Forças Singulares, o ensino militar deve aproveitar as facetas de cada uma delas. A resistência corporativa ainda é enorme, embora a nova geração, dê sinais de maior abertura e empenho para que tal integração seja feita. No caso brasileiro, isto deve ser levado em conta para a situação da Amazônia, pois, na guerra real há uma imposição normal do inimigo para que isto seja feito.

Vimos anteriormente que, ao se referir à questão da RAM, do pós-modernismo militar e à importância da ESG neste contexto, Côrtes (2000b) assinalou as suas características na realidade brasileira. Sua análise é aqui por nós contestada em alguns pontos, concernentes com os objetivos deste trabalho, como o que está relacionado ao perfil militar predominante do oficial comandante e a contribuição dos quadros civis. Neste caso, a sua idéia básica é fazer com que a guerra não seja entendida segundo a característica de força do deus Ares (Marte), mas, sim a partir da reunião da força com a sabedoria de Atenas (Minerva). Entretanto, vemos como discutível o ponto que enfatiza os agentes desta transformação. A pesquisa, a doutrina e a aplicação não podem ser monopólio das instituições militares, nem das instituições governamentais, como a ESG. Embora elas sejam necessárias, não são suficientes, pois é imprescindível o concurso e a participação das universidades e as instituições de ensino e pesquisa do Estado e da sociedade civil para a formação de quadros civis e militares para a defesa. Para a constituição de uma sociedade democrática, a formação das políticas, diretrizes, doutrinas etc necessitam de pesquisa, ensino e extensão, características das instituições acadêmicas. Este procedimento já tem se tornado comum nos planos tecnológico e técnico, mas ainda não parece estar plenamente desenvolvido no campo político-estratégico. Por mais que as FFAA tenham maior interesse em desenvolver um ambiente acadêmico em suas escolas de formação e que a ESG seja reformulada no mesmo sentido, as universidades possuem um papel insubstituível na contribuição para o tratamento das questões relacionadas à Defesa Nacional.

Em outra ocasião, já nos referimos a alguns princípios que entendemos serem fundamentais para a educação militar-naval brasileira e entendemos que podem ser considerados (para o C-PEM em especial e os demais cursos da MB) no atual contexto social: a formação integral, interdisciplinar e crítica. Para tanto, enfatizamos a importância do ensino das Humanidades na formação dos oficiais-marinheiros, no que tange à situação político-institucional, aos imperativos do comando e à compreensão da complexidade dos fenômenos políticos (Silveira, 2000). Entendemos que esta consideração deve estar relacionada à modernização profissional de caráter organizacional, encampada pelos militares ao longo das últimas décadas bem como à

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

manutenção de características tradicionais/ institucionais, em relação ao novo contexto em que se encontram, caracterizado pela RAM e pelo “pós-modernismo” militar.

Uma nova postura sobre o significado da Estado, do povo, das FFAA, da política e da guerra, poderá ser desenvolvida a partir de então. O processo de modernização, baseado na extensão das características da “civilização”, poderá ter melhor desdobramento, considerando:

a) *as características do conhecimento científico*, que, conforme demonstrado pelos autores aqui apresentados, é fundamental para entender o mundo no seu arranjo político-estratégico. As questões de defesa envolvem todas as áreas do conhecimento acadêmico. Este pode e deve ser orientado de maneira integradora, contemplando a racionalidade instrumental, prática e emancipadora (Habermas, 1982). Deste modo, pode-se pensar na superação do positivismo, tomando por base a reflexão e a análise crítica. Estes princípios são importantes exatamente porque a guerra envolve uma complexidade de aspectos políticos, técnico-operacionais, burocrático-administrativos, econômicos etc que são imprevisíveis, flexíveis, incertos e imponderáveis;

b) *o princípio democrático da soberania popular e do exercício da cidadania* como básico para a consideração das relações civis-militares, pois a guerra é um desdobramento da política e deve ser conduzida pelo Estado em nome dos interesses do povo, através das FFAA. A consolidação e o aprofundamento da democracia implica no maior envolvimento dos civis no planejamento e resolução de quaisquer crises político-estratégicas que possam vir a ocorrer. Entretanto, sabemos que as FFAA brasileiras possuem atribuições que estão relacionadas à política interna, além da política externa. Sabemos ainda que elas mantêm uma autonomia político-institucional que é classificada de incompatível com o que podemos qualificar com uma ordem democrática adequada. Por esta razão, em que pese todos os esforços de modernização, entendemos ser crucial atentar para a formação de uma nova mentalidade entre os civis e os militares brasileiros. Ambos ainda necessitam ser formados em outros moldes, onde a educação para a defesa seja enfatizada, ao mesmo tempo em que a competência civil avance e a autonomia militar seja reduzida ao nível das necessidades burocrático-administrativas do Estado. Em outras palavras, o atual contexto de mudanças no plano político-estratégico pode contribuir para que, no plano externo e interno se modifique a postura quanto às FFAA. Isto poderá ser feito tornando os militares efetivo instrumento do Estado para as missões no plano externo, portanto, com aplicação militar e diplomática. Aqui ganha mais sentido e força a idéia de que a MB pode exercer um papel mais diplomático e menos policial (para garantir a ordem marítima). A MB que se entende como uma Força com pouco perfil intervencionista, mas ainda não se encontra numa situação que consideramos a mais apropriada para o perfil de uma Força Armada efetivamente moderna e a serviço da democracia brasileira. O investimento na defesa do país em missões de paz, com a orientação política nacional e da ONU, podem ser o melhor investimento para a organização de uma Força condizente com as questões nacionais e internacionais presentes neste novo século. Uma grande tarefa caberia ao poder político. O afastamento das questões internas é um desafio a ser compreendido, o que envolveria a redução/eliminação de sua autonomia política e a

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

revisão do artigo 142 da Constituição Federal, extinguindo suas atribuições relativas à “garantia dos poderes constitucionais... da lei e da ordem”;

*c) o papel do poder político, através do MD e da Administração Naval são importantes para o êxito destas mudanças, pois o preparo profissional com todos os arranjos burocráticos, recai sobre a estrutura de ensino da Marinha. Dentre as muitas possibilidades e proposições, apontamos para um maior intercâmbio com as universidades brasileiras. Decerto que existe uma cooperação institucional em muitos campos do conhecimento no ensino, na pesquisa e na extensão. Porém esta cooperação poderá se estreitar no campo das Humanidades, não apenas no aspecto da qualificação técnica de profissionais militares. Ela poderá ser aperfeiçoada no plano político-estratégico desde a educação dos futuros oficiais na EN até os estudos de estado-maior de alto nível na EGN. No caso desta, uma reformulação de sua organização seria bem-vinda, sem, contudo, transformá-la numa universidade. Entendemos que, nos termos aqui dispostos, o contato com a universidade é salutar para ambas as instituições. Por isso, transformar as escolas de estado-maior em universidades é concorrer para uma inadequada manutenção da autonomia política corporativa e deixar de considerar plenamente a capacitação e experiência acumulada pelo segmento universitário brasileiro.*

### 6. Considerações Finais

À guisa de conclusão, retomamos os principais tópicos utilizados em nossa argumentação. Os autores aqui mencionados representam uma consideração válida para pensar as questões presentes no mundo contemporâneo, donde se fundamenta a missão, preparo e emprego das FFAA. Tendo um determinado peso específico no contexto regional, o Brasil, necessita pensar adequadamente a sua concepção de educação militar profissional para tentar responder aos desafios impostos pelos cenários político-estratégicos e as mudanças organizacionais para estabelecer o modelo de profissão militar que se coadune com seus interesses. A MB em se debatido em torno desta problemática, visando a sua modernização. Contudo, há aspectos que devemos considerar sobre a conformidade da educação dos seus oficiais em todos os níveis, notadamente no estado-maior, com destaque principal para os objetivos e características do C-PEM

Consideramos que há mudanças institucionais e organizacionais importantes no seio da MB. Isto fez com que houvesse passos no sentido da modernização administrativa e operacional, inovando na formação de seus recursos humanos e materiais, de acordo com a situação constitucional determinada pelo poder político e com seus interesses corporativos, mantendo, assim, a sua autonomia. Neste sentido, o grau de impacto sobre a corporação e seu processo de “civilização” e da RAM, deixa algumas indagações sobre o futuro, como por exemplo, a plenitude da incorporação das mulheres como oficiais combatentes. Do mesmo modo, é preciso avaliar melhor sobre a introdução de uma nova geração de oficiais com formação universitária civil para desempenho de atividades técnicas, além de considerar como isso se coaduna à caracterização do “ethos” militar-naval historicamente adotado pela corporação. Neste contexto, é também importante avaliar o clima favorável à introdução e o estímulo da

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

presença e participação de professores civis nos cursos de formação militar-naval em todos os níveis.

Outro aspecto é o da propriedade da organização de um curso de alto nível autônomo. Por isso, insistimos na relevância da discussão sobre o processo de integração com as demais FFAA. Apesar da melhoria da melhoria e modernização do C-PEM, consideramos que, em nome da racionalização burocrático-administrativa, o poder político pode estudar a reformulação da educação militar, o que envolve também a reformulação da ESG. Nos referimos às experiências adotadas em outros países, onde civis e militares estudam juntos os mesmos cursos numa escola do Poder Executivo (MD), tratando a defesa nacional como política pública. Consideramos ainda, neste texto a impropriedade do reconhecimento dos cursos de pós-graduação realizados pelas FFAA, com propostas de criação de universidade próprias, como foi apresentada na MB. Em nossa concepção, ainda que haja validade de intenções e objetivos acadêmicos, as universidades e demais instituições civis, podem estabelecer/ manter seus convênios com as instituições militares para a titulação de seus oficiais.

Enfim, nos termos aqui dispostos anteriormente, notamos que a modernização em curso no interior da MB possui problemas que podem ser superados por uma modificação nas relações civis-militares brasileiras. A questão é saber o quanto o poder civil está disposto a exercer sua vontade política através do MD e do Congresso Nacional. Isso sem falar no envolvimento de outras organizações governamentais ou não –governamentais que não se preocupam com as questões relativas à defesa. Enquanto tal processo se realiza, o MD e o Comando da Marinha poderiam aumentar a proximidade com as instituições universitárias civis, notadamente na área de Humanidades, em nome de uma preocupação com os aspectos ético-políticos nacionais e internacionais. Isto pode contribuir para abrir uma discussão mais ampla e participativa do que as atuais iniciativas em curso.

### Referências Bibliográficas

ALBERTS, D. / CZERWINSKI, T., *Complexity, Global Politics and National Security*, Washington D. C., NDU, Institute for Strategic Studies, CCRP Publication Series, 1999.

CHILCOAT, R., “Revolução na Educação Militar”, in *Military Review* (edição brasileira), 3T 2000. pp. 20-33.

COHEN, W., *Annual Report to the President and the Congress*, Department of Defense, Washington D. C., 1998.

CÔRTEZ, M.H. C., *A Defesa Nacional Diante do Pós -Modernismo Militar*, Palestra apresentada na ECEME em maio de 2001. Esta palestra foi publicada em *Revista da Escola Superior de Guerra*, 40, 2001, p. 18-47.

ESCOLA DE GUERRA NAVAL, *A Educação Militar na Marinha do Brasil para o Século XXI*. Texto apresentado para a XXVII Conferência Naval Interamericana de Diretores de

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

Escolas de Guerra Naval das Américas, Buenos Aires, 30 outubro- 10 novembro, 2000, mimeo.

\_\_\_\_\_, *Currículo do C-PEM*, 2000, EGN, mimeo.

HABERMAS, J., *Conhecimento e Interesse*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_, *El Discurso Filosófico de La Modernidad*, Madrid, Taurus, 1989.

GELL-MANN, M., "The Simple and the Complex" in ALBERTS, D. / CZERWINSKI, T., *Complexity, Global Politics and National Security*, Washington D. C., NDU, Institute for Strategic Studies, CCRP Publication Series, 1999, pp. 03-28.

JANOWITZ, M., *A Profissão Militar*, São Paulo, GRD, 1967.

JERVIS, Robert, "Systems: the role of the Complex interactions" in ALBERTS, David. / CZERWINSKI, Thomas, *Complexity, Global Politics and National Security*, Washington D. C., NDU, Institute for Strategic Studies, CCRP Publication Series, 1999, p. 45-72.

MOSKOS, C. / HARRIES-JERKINS, G., "Las Fuerzas Armadas y la Sociedad Moderna" in BANÓN, R. / OLMEDA, J A., *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, 1985.

\_\_\_\_\_, / WOOD, F., *Lo Militar : Más que una Profesión*, Madrid, Ministerio de Defensa, 1991.

\_\_\_\_\_, / WILLIAMS, J. A. / SEGAL, D., *The Post Modern Military*, Oxford-New York, Oxford Press, 2000.

PROENÇA JR, D. / RAZA, S. G., / DINIZ, E., *Guia de Estratégia*, Rio de Janeiro, JZE, 1999.

RAZA, S. G., / PROENÇA JR, D., *A Educação Militar na Marinha do Brasil para o Século XXI*, 2000, mimeo.

RAZA, S. G., "A Diplomacia Naval, Parte II" in *Revista Marítima Brasileira*, 3T, 1997, p. 141-159.

\_\_\_\_\_, *Sistemática Geral de Projeto de Força: Segurança, Relações Internacionais e Tecnologia*, Tese de Doutorado, COPPE-UFRJ, 2000, mimeo.

RIVERO, A. "Fuerzas Militares Modernizam Método de Acción" in *Revista de La Armada*, Diciembre 2000, Marina de Venezuela, p. 85-96.

SANTOS, F. R. dos, "Novos Paradigmas para a Marinha do Brasil: Uma Visão para o Século XXI" in *Revista Marítima Brasileira*, 4T 1996.

## Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil

\_\_\_\_\_, *Educação Militar, Profissionalização e Democracia : o Caso da Marinha do Brasil*, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, 2000.

SILVEIRA, C. de C, *A Formação dos Oficiais da Marinha do Brasil educação, profissão, pensamento estratégico (1978-2001)*, tese de Doutorado, IFCH-UNICAMP, 2002.

TAVEIRA, A . *O Ministério da Defesa*, Palestra Realizada no I Simpósio de Defesa Nacional, ECEME em 21 de novembro de 2000.

VIDIGAL, A ., "Uma Estratégia Naval para o Século XXI" in *Revista Marítima Brasileira* 3T 1997.

\_\_\_\_\_, "O Emprego do Poder Naval no Limiar do Século XXI" in *Premissas*, caderno 12, abril de 1996, NEE-UNICAMP, pp. 50-55.

\_\_\_\_\_, *O Terrorismo na Atualidade*, Palestra no Simpósio Análise e Conseqüência do Ato Terrorista Ocorrido nos EUA em 11 de Setembro de 2001 na EGN, novembro de 2001.

### Entrevistas

1) Entrevista com o Exmo. Sr. Ex-Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Mario César Flores concedida ao autor em no Rio de Janeiro em 20 de fevereiro de 2001.

2) Entrevista com o Exmo. Sr. Ex-Ministro da Marinha Almirante-de-Esquadra Mauro César Pereira concedida a ao autor, a Adriana A . Marques e Luis Alexandre Fuccille em 17 de julho de 2001, Londres, Inglaterra.

3) Entrevista com o Exmo. Sr. Vice-Almirante Armando Amorim Vidigal, concedida ao autor no Rio de Janeiro, em 30 de março de 2001.

### Lista de Abreviaturas

AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras)

C-AEM (Curso de Altos Estudos Militares)

CAEPE (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia)

CFN (Corpo de Fuzileiros Navais)

C-MOI (Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários)

C-MOS (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores)

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

## **Considerações Sobre o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Marinha do Brasil**

CEPAEx (Curso de Política e Altos Estudos do Exército)  
CPEA Curso de Política e Estratégia Aeronáutica  
C-PEM (Curso de Política e Estratégias Marítimas)  
C-SUP (Curso Superior)  
EB (Exército Brasileiro)  
ECEMAR (Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica)  
EGN (Escola de Guerra Naval)  
EMA (Estado Maior da Armada)  
EN (Escola Naval)  
EUA (Estados Unidos da América)  
ESG (Escola Superior de Guerra)  
FAB (Força Aérea Brasileira)  
FFAA (Forças Armadas)  
MB (Marinha do Brasil)  
MD (Ministério da Defesa)  
NDU (National Defense University)  
ONGs (Organizações Não Governamentais)  
PDN (Política de Defesa Nacional)  
PMD.(Política Militar de Defesa)  
RAM (Revolução nos Assuntos Militares)  
UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas)  
UNIFA (Universidade da Força Aérea)  
URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)